

A IMPORTANCIA DA LEI 10.639/2003 e 11.645/2008 PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Maria Francisca da Silva Torres¹
Vitória Neres Nascimento²
Ana Karla Ferreira da Costa³
Cidislene Pereira Rêgo Poncion⁴
José Carlos Aragão Silva⁵

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores o Ministério da Educação e tem como finalidade principal fomentar a iniciação à docência do graduando na Educação Básica. Esse programa também contribui para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para melhorar a qualidade da educação pública brasileira.

Com o objetivo de iniciar os licenciandos nas experiências em sala de aula desde os primeiros semestres da graduação, o PIBID proporciona diversas formas de projetos que visam o aprendizado tanto dos graduandos quanto dos alunos das escolas da Educação Básica.

É, portanto, desses projetos que acontecem em escolas da Educação Básica que esse texto irá tratar, cujo foco é a Escola Senador Alexandre Costa, localizada na periferia do município de Codó. O projeto está voltado para a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História e da cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em todas as instituições de ensino públicas e privadas (BRASIL, 2003).

Os resultados dessas experiências mostram uma triste realidade quanto a aplicação da lei, pois a ela não estava sendo efetivada na prática da maneira como deveria. Essa constatação foi possível por conta de um levantamento que realizamos em sala de aula para todos os alunos da escola. Um das primeiras perguntas do questionário buscavam saber se os discentes sabiam que existia uma lei que obrigava o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira na

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro Ciências de Codó – CCCO, maria.fst@discente.ufma.br

² Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro Ciências de Codó – CCCO, vitória.neres@discente.uf.br

³ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro Ciências de Codó – CCCO, ana.kfc@discente.ufma.br

⁴ Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Centro de Ciências de Codó - CCCO, cida.rego@hotmail

⁵ Professor orientador: Doutor em História - UnB, Docente da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Centro de Ciências de Codó - CCCO, jose.aragao@ufma.br

educação básica. Outro questionamento buscava saber quais projetos a escola realiza sobre essa temática.

O que se observou, foi que a grande maioria dos alunos não tinha o conhecimento da existência desta lei que já completou seus 20 anos de atuação. Além de não ter conhecimento sobre a lei, diversos alunos da escola em discussão afirmaram que não havia projetos que abordassem essa temática na escola. Ademais, vários professores que ministram outras disciplinas na escola, também não conheciam a lei e a maioria ficava surpresa ao relatarmos que ela já completou 20 anos desde que foi aprovada.

Ressalte-se, ainda, que além do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira é também objetivo dessa lei combater o racismo da nossa sociedade e diminuir cada vez mais os bullyngs e violências que muitas crianças sofrem ao longo de suas vidas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa além das formações que realizamos antes de iniciar projeto, foram a utilização de questionários nas turmas dos alunos onde continha perguntas sobre a lei 10.639, com o objetivo de saber quantas pessoas conheciam a lei e com qual frequência o tema era abordado em sala de aula. Também foi utilizada momentos de contações de histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas com o intuito de aproximar ainda mais os alunos para esse tema relevante.

A formação que ocorreu no campus de Codó pelos bolsistas, foi realizado primeiramente com a intenção de conhecer sobre os principais aspectos da lei, desde a o seu processo de criação, destacando as principais mudanças que a população negra e Indígena sofreu ao longo dos 20 anos de legislação. No processo de formação sobre as leis, foi ressaltado quais mudanças notadas na imagem do negro antes e depois dessa lei. Como eles eram vistos e como essa visão foi transformada no decorrer do tempo.

Uma abordagem que foi ressaltada no momento de debate foi a imagem do negro sendo representada nos livros didáticos. Como é? A imagem do negro é sempre representada em uma situação de escravizado, subalternizado e açoitado. São imagens de dor e sofrimento. Como deveria ser? Representando a cultura diversa dos povos africanos, a dança, a música, a culinária, e a religiosidade. Os tipos de cabelos, as tranças, os brincos e assessorios utilizados pela cultura africana. Infelizmente, esses aspectos não são abordados nos livros, construindo uma sociedade que não tem conhecimento sobre suas próprias origens.

Outra atividade desenvolvida foi a contação de histórias afro-brasileira e indígenas nas turmas de ensino fundamental da escola Alexandre Costa. Alguns contos foram utilizados nessa parte do projeto.

Contos como alguns mitos e lendas indígenas, “A origem do rio Amazonas”, “Como surgiu a rede de dormir”, “os cabelos de lelê” “lápiz cor de pele”, “como surgiu o sol e a lua”, “todas as cores do negro”. As lendas indígenas são adaptações do contador de história Augusto Pessoa. São histórias que contam de maneira diferente a origem africana e indígena. E que aborda temas relevantes como o preconceito, o negacionismo com o próprio cabelo, autoestima, racismo e o bullying nas escolas. Com os dados coletados dos questionários tivemos como resultado a confirmação de uma ausência de conhecimentos a respeito dessa temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante muito tempo, devido ao processo de escravidão as sociedades negras e indígenas tiveram pouca ou quase nenhuma visibilidade dentro da grade curricular de ensino básico e superior, sendo lembrados apenas em datas comemorativas de maneira estigmatizada. Como uma forma de reparação, conscientização e respeito a esses povos, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tornou obrigatório dentro da grade curricular de ensino básico e superior a inclusão de estudos da História da África, dos africanos, dos afro-brasileiros e dos indígenas no Brasil.

As contribuições da cultura negra e indígenas para a formação de nossa identidade nacional são inegáveis em nosso dia a dia. De fato, foi por acreditar nesse legado histórico, cultural, social, econômico e político que iniciamos o projeto trata a aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 na Escola Senador Alexandre Costa.

Uma metodologia utilizada para discutir a importância da referida lei e sua aplicação nas escolas foi a contação de história africana, afro-brasileira e indígena nas aulas de História. O objetivo era colocar em prática aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 no cotidiano dos alunos, trazendo discussões e saberes acerca dos valores históricos e culturais construídos pelos povos africanos e indígenas ao longo das gerações.

Ademais, somos sabedores que “a literatura pode contribuir para a construção de um conhecimento cultural sobre as populações negras e indígenas e ser espaço privilegiado para abordagem de aspectos importantes da cultura, da história e das relações sociais” (JESUS, 2017, p. 33).

O resgate histórico da identidade afro-brasileira na escola a partir da aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 se faz necessário para a superação do racismo, da desigualdade social e do preconceito que estão presentes nas escolas da Educação Básica.

De fato, com a aplicação da lei é possível estabelecer debates sobre temas que envolvem também a diversidade cultural na qual os discentes estão inseridos. Essa ação favorece também a construção de um senso crítico ao mesmo tempo em que provoca reflexões sobre as reais condições do negro e do indígena no Brasil.

Segundo Neusa Lopes (2005, p. 187),

O combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas semelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, e criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.

Concordando, portanto, com a assertiva da autora, buscamos desde o primeiro momento trazer para o ambiente escolar o combate ao racismo e ao preconceito, nos apoiando na lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Assim, no início das aulas era lido um texto que fazia referência a África, aos africanos e aos indígenas.

No total foram lidos oito textos, entre eles, "o cabelo de Lelê", escrita por Valéria Belém. A partir desse texto foram levantadas, na sala de aula, várias questões relacionadas aos elementos que compõem a identidade negra, tais como o cabelo cacheado abordado no enredo, que é o foco na narrativa e também uma herança africana.

"A origem da lavoura" que é um conto indígena adaptada por Augusto Pessoa, mostra de uma forma bem descontraída como surgiu a lavoura. Por meio desse texto foi trazido para o debate a questão do trabalho na roça, que é uma prática cultural realizada por um número significativo de camponeses que vivem na região de Codó, no Maranhão.

Dessa história que trata do trabalho na lavoura e que foi iniciada pelos indígenas da região, foi possível mostrar aos alunos como a cultura indígena está presente no nosso meio. "Em todas as cores do negro", de Arlene Holanda, realizamos um debate que foi fundamental para compreender o racismo e para que os alunos compreendessem o porquê do Brasil ter uma elevada variedade de tons de pele e uma diversidade cultural riquíssima, que se deve a bagagem cultural trazida pelos africanos, qual é mostrada pelo livro ao tratar da vida dos africanos antes, durante e depois do processo de tráfico transatlântico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Está experiência de trabalho e pesquisa possibilitou observar como a lei 10.639/2003 está sendo implementada na Educação Básica, na escola Senador Alexandre Costa. Considerando as constatações que obtivemos quanto a aplicação da referida lei na escola, o desafio dos bolsistas foi pensar como poderiam contornar as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa.

Juntamente com a ajuda do corpo docente da escola, realizamos diversas atividades extras abordando os temas presentes na lei 10.639/2003, os quais envolvem a História e a Cultura Africana e indígena de nosso país. Uma das primeiras ações realizadas foram as atividades de leituras e a participação nos projetos interdisciplinares da própria escola.

Os resultados alcançados com as atividades realizadas se mostraram evidente na participação ativa dos alunos em sala de aula nos momentos das leituras, nos debates e discussões ao longo da execução dessa etapa do projeto. De fato, a participação dos alunos foi de extrema importância para inserirmos no dia a dia deles os conhecimentos acerca da África e da História Afro-brasileira a partir da literatura que trata de histórias negras e indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com o objetivo de observar como anda a implementação da lei 10.639/2003 na Escola Senador Alexandre e quais os desafios a serem superados passados 20 anos. E como resultado final, tivemos um aceite considerável dos temas tratados por esses alunos, pela nova geração que busca conhecer a história do passado que consequentemente marca todo o nosso presente.

O aprendizado é algo contínuo e exige comprometimento, criatividade e dinamismo por parte dos educadores. A educação é a base da formação de uma sociedade, sendo assim, é dever do docente preparar os alunos para se posicionar diante de uma sociedade, pensar e agir coletivamente em prol de uma educação qualificada.

Conclui-se, portanto, que o processo a ser percorrido para uma educação básica de qualidade será longo e as atividades que realizamos do PIBID contribui ativamente para a qualificação das instituições de ensino, levantando debates e questões sociais que necessitam de melhorias.

Palavras-chave: PIBID, Codó, Lei 10.639/03, Ensino, História Afro-brasileira.

AGRADECIMENTOS: A CAPES pela bolsa de Iniciação à Docência.

REFERÊNCIA

BELÉM, Valéria. O cabelo de Lelê. Companhia editora nacional. 1º ed. 2007.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Novembro de 2009.

HOLANDA, Arlane. Todas as cores do negro. Conhecimento editora. 2011.

JESUS, Silvania Francisca de. A literatura afro-brasileira e indígena na formação de professores de sala de leitura da Secretaria Municipal de Educação/SP. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPES, Vera Neusa. Procedimentos didático-pedagógico e a conquista de novos componentes. Brasília- Ministério da Educação, 2005.

PESSÔA, Augusto. Contos dos povos originários. 1998.